

REVISTA QUESTÕES ATUAIS DE DIREITO LOCAL

(SUMÁRIOS – N.ºS 00 A 25)

N.º 00 – OUTUBRO/DEZEMBRO DE 2013

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

O Sistema da Indústria Responsável: um novo Licenciamento Zero para a indústria? – *Maria Manuel Leitão Marques, Fernanda Paula Oliveira, Mariana Maia Rafeiro, Ana Cláudia Guedes* – pp. 7 a 35.

A avaliação ambiental de planos municipais – (alguns) problemas e (algumas) soluções – *Francisco Noronha* – pp. 37 a 62.

A jurisprudência eleitoral do Tribunal Constitucional em ano de eleições autárquicas (2013) – *Carlos José Batalhão* – pp. 63 a 86.

Anotação

Uma jurisprudência constitucional que “interfere permanentemente” com a arrumação dogmática das categorias tributárias (Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 581/2012, de 05.12.2012, Proc. n.º 204/12) – *Suzana Tavares da Silva* – pp. 87 a 115.

Informação de Jurisprudência

Janeiro/Junho de 2013 – *José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 117 a 158.

N.º 01 – JANEIRO/MARÇO DE 2014

Nota de abertura – p. 5.

Artigos

A Lei de Reforma da Administração Local e os seus grandes problemas – *José Melo Alexandrino*
– pp. 7 a 20.

As entidades intermunicipais – em especial, as comunidades intermunicipais – *Pedro Costa Gonçalves* – pp. 21 a 40.

Como celebrar acordos de execução: problemas, soluções (caso a caso) e bom senso q.b. –
Isabel Celeste M. Fonseca – pp. 41 a 59.

O Fundo de Apoio Municipal e o princípio da autonomia financeira das autarquias – *Eduardo Paz Ferreira, Ana Perestrelo de Oliveira* – pp. 61 a 80.

La Reforma de la Administración Local en España: la Ley 27/2013, de 27 de diciembre, de Racionalización y Sostenibilidad de la Administración Local – *A. Javier Ferreira Fernández*
– pp. 81 a 91.

Informação de Jurisprudência

Julho/Dezembro de 2013 – *Carlos Cadilha, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 93 a 132.

N.º 02 – ABRIL/JUNHO DE 2014

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

A Política Florestal no Nosso País – *Sidónio Pardal* – pp. 7 a 19.

40 Anos de Urbanismo em Portugal: *plus ça change, plus c'est la même chose?* – *Fernanda Paula Oliveira, Dulce Lopes* – pp. 21 a 42.

As finanças locais portuguesas após o 25 de Abril de 1974 – *Joaquim Freitas da Rocha, Ana Moura Pinto* – pp. 43 a 67.

A participação municipal nos serviços públicos de saúde – *Pedro Cruz e Silva* – pp. 69 a 88.

Informação de Jurisprudência

Janeiro/Março de 2014 – *Carlos Cadilha, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Fernanda Maçãs, Carlos Carvalho, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 89 a 143.

Questões Atuais

A Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, é aplicável aos procedimentos de recrutamento na administração local? – *Raquel Carvalho* – pp. 145 a 148.

Da delegação “legal” de competências do presidente da câmara municipal nas juntas de freguesia – *João Pacheco de Amorim, Frédéric Teixeira* – pp. 149 a 152.

Recensão – *Luísa Neto* – pp. 153 a 154.

Resumos – pp. 155 a 156.

N.º 03 – JULHO/SETEMBRO DE 2014

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

A conciliação da gestão com a política: um exemplo concreto – *Rui Rio* – pp. 7 a 18.

Os processos de reforma do poder local: desenvolvimentos recentes – *José Melo Alexandrino* – pp. 19 a 33.

Quase 40 anos de democracia local: um período sem paralelo na história político-administrativa de Portugal – *António Cândido de Oliveira* – pp. 35 a 61.

A tutela administrativa sobre as autarquias locais na Constituição de 1976: velhas dúvidas e novos desafios – *Marta Portocarrero* – pp. 63 a 74.

El Municipalismo democrático en España: reflexiones sobre el estado de la cuestión_ – *María Antonia Arias Martínez* – pp. 75 a 94.

Informação de Jurisprudência

Abril/Junho de 2014 – *Carlos Cadilha, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Fernanda Maçãs, Carlos Carvalho, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 95 a 133.

Questões Atuais

O regime transitório da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – *Fernanda Paula Oliveira* – pp. 95 a 133.

Recensão – *Joaquim Freitas Rocha* – pp. 143 a 145.

Resumos – pp. 147 a 149.

N.º 04 – OUTUBRO/DEZEMBRO DE 2014

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Insuficiências do planeamento municipal – *Jorge Carvalho* – pp. 7 a 17.

O direito dos solos na Lei n.º 31/2014 – Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo – *Fernanda Paula Oliveira* – pp. 19 a 31.

O Fundo de Apoio Municipal: algumas considerações – *Suzana Tavares da Silva, Marta Costa Santos* – pp. 33 a 52.

Participación Administrativa en el ámbito local: un complemento a la representación política – *José Manuel Díaz Lema* – pp. 53 a 63.

Acordos de execução: questionário nacional e análise das primeiras respostas – *Carlos José Batalhão, Sílvia Silva* – pp. 65 a 86.

Informação de Jurisprudência

Julho/Setembro de 2014 – *Carlos Cadilha, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Fernanda Maçãs, Carlos Carvalho, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 87 a 116.

Questões Atuais

Sobre o poder sancionatório autónomo das autarquias locais – *Vital Moreira* – pp. 117 a 122.

Recensão – *Raquel Carvalho* – pp. 123 a 126.

Resumos – pp. 126 a 129.

N.º 05 – JANEIRO/MARÇO DE 2015

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

O Programa “Aproximar Educação”, os municípios e as escolas: descentralização democrática ou desconcentração administrativa? – *Licínio C. Lima* – pp. 7 a 24.

O procedimento administrativo no (novo) CPA: dúvidas sobre a sua subalternização perante o acto e o processo – *Isabel Celeste M. Fonseca* – pp. 25 a 42.

A proteção dos proprietários na alteração da licença de operação de loteamento à luz da mais recente modificação do RJUE – *João Miranda, Sandra Guerreiro* – pp. 43 a 58.

Controlo prévio das operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública – em particular, a questão do âmbito de aplicação – *Miguel Assis Raimundo* – pp. 59 a 80.

La reforma de 2013 del régimen jurídico de las AEETs: Nuevas oportunidades para la cohesión económica, social y territorial europea – *Ángel Aday Jiménez Alemán* – pp. 81 a 94.

Informação de Jurisprudência

Outubro/Dezembro de 2014 – *Carlos Cadilha, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 95 a 129.

Questões Atuais

O artigo 35.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – *Fernanda Paula Oliveira* – pp. 131 a 140.

Recensão – *Fernanda Paula Oliveira* – pp. 141 a 1420.

Recensão – *António Cândido de Oliveira* – pp. 143 a 146.

Resumos – pp. 147 a 149.

N.º 06 – ABRIL/JULHO DE 2015

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

O Direito municipal como disciplina jurídica – *José Melo Alexandrino* – pp. 7 a 20.

Algumas questões em torno da direção do procedimento e do dever da sua delegação no CPA
– *Fernanda Paula Oliveira* – pp. 21 a 40.

A revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial de 2015: as novas regras
de gestão territorial – *Carlos José Batalhão* – pp. 41 a 56.

Os atestados emitidos pelas juntas de freguesia – algumas notas – *Luís Marques* – pp. 57 a 78.

O policiamento de proximidade: uma abordagem local aos problemas de segurança – *Fernando
Ferreira, Pedro Sousa* – pp. 79 a 98.

La contratación de las Entidades Locales en las nuevas Directivas europeas sobre contratos
públicos – *Miguel Ángel Bernal Blay* – pp. 99 a 114.

Informação de Jurisprudência

Janeiro/Março de 2015 – *Carlos Cadilha, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos
Carvalho, Esperança Mealha, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 115 a 137.

Questões Atuais

As 35 horas de trabalho nas autarquias locais – *Ana Fernanda Neves* – pp. 139 a 143.

Recensão – *Marta Portocarrero* – pp. 145 a 147.

Recensão – *António Cândido de Oliveira* – pp. 149 a 151.

Resumos – pp. 153 a 155.

N.º 07 – JULHO/SETEMBRO DE 2015

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Eficiência e saúde financeira dos municípios. Quais os melhores indicadores? – *João Baptista da Costa Carvalho* – pp. 7 a 16.

As assembleias municipais em Portugal: a Constituição, a democracia e a realidade – *António Cândido de Oliveira* – pp. 17 a 35.

O controlo da despesa pública no período pós-Troika: a versão 2.0 da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – *Noel Gomes* – pp. 37 a 51.

O Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração: um guia de primeira leitura – *Ana Cláudia Guedes* – pp. 53 a 72.

Un análisis actual y prospectivo de las elecciones municipales españolas de 2015 – *Daniel Berzosa López* – pp. 73 a 90.

Informação de Jurisprudência

Abril/Junho de 2015 – *Carlos Cadilha, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho, Esperança Mealha, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 91 a 122.

Recensão – *João Miranda* – pp. 123 a 125.

Resumos – pp. 127 a 129.

N.º 08 – OUTUBRO/DEZEMBRO DE 2015

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Dez questões em torno do lugar das freguesias na organização do Estado – *José Melo Alexandrino* – pp. 7 a 18.

Classificação e reclassificação do solo urbano no novo quadro legal – *Jorge Carvalho | Fernanda Paula Oliveira* – pp. 19 a 36.

As empresas locais e as decisões de organização da entidade pública participante: um esboço de sistema – *Juliana Ferraz Coutinho* – pp. 37 a 53.

O município na Constituição Federal do Brasil de 1988 e a organização da atividade jurídica pública no âmbito local – *Daniel Pires Christofoli | André Leandro Barbi de Souza* – pp. 55 a 74.

Anotação

Autonomia local em matéria de pessoal (Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 494/2015, de 07.10.2015, Proc. n.º 1129/14) – *Ana Fernanda Neves* – pp. 75 a 108.

Informação de Jurisprudência

Julho/Setembro de 2015 – *Carlos Cadilha, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho, Esperança Mealha, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 109 a 133.

Recensão (*Leonardo J. Sánchez-Mesa Martínez*) – pp. 135 a 137.

Recensões (*Pedro Mota e Costa*) – pp. 139 a 144.

Resumos – pp. 145 a 147.

N.º 09 – JANEIRO/MARÇO DE 2016

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Municípios financeiramente desequilibrados: alguns contributos justificativos – *Francisco José Alveirinho Correia* – pp. 9 a 30.

A singularidade europeia da divisão municipal em Portugal: o Decreto de 6 de novembro de 1836 – *António Cândido de Oliveira* – pp. 31 a 57.

Renúncia coletiva ao mandato autárquico e funcionamento do órgão executivo até às eleições intercalares – *João Miranda* – pp. 59 a 77.

Os “lados opostos” da autonomia local em matéria de pessoal: o Acórdão n.º 494/2015 do Tribunal Constitucional, seus efeitos e o pagamento aos trabalhadores – *Carlos José Batalhão* – pp. 79 a 96.

A parafiscalidade e as garantias dos contribuintes: algumas reflexões – *Sara Soares* – pp. 97 a 113.

A ruptura do pacto federativo brasileiro e a judicialização das políticas públicas de saúde: uma análise a partir da esfera municipal – *Ricardo Hermany | Cynthia Gruending Juruena* – pp. 115 a 129.

Informação de Jurisprudência

Outubro/Dezembro – *Carlos Cadilha, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho, Esperança Mealha, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 131 a 160.

Questões Atuais

Edificação em loteamentos e planos especiais supervenientes (*Duarte de Lima Mayer*) – pp. 161 a 169.

Recensão (*Patricia Calvo López*) – pp. 171 a 175.

Resumos – pp. 177 a 180.

N.º 10 – ABRIL/JUNHO DE 2016

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Descentralização, pedra angular da reforma do Estado – *Luís Valente de Oliveira* – pp. 7-12

Regulamentos municipais em matéria urbanística: perspetivas atuais – *Fernanda Paula Oliveira*
| *Dulce Lopes* | *Maria José Castanheira Neves* – pp. 13-44

La Ley de racionalización y sostenibilidad de la Administración Local y la STC 41/2016, de 3 de marzo: Crónica de una inconstitucionalidad anunciada – *Ángel Aday Jiménez Alemán* – pp. 45-63

Anotação

O caso do Clube Desportivo de Tondela (Anotação ao Acórdão do Tribunal de Contas n.º 17/2015, de 01.12.2015, Proc. n.º 1672/2015) – *Rita Gonçalves Rebelo* – pp. 65-83

Informação de Jurisprudência

Janeiro/Março de 2016 – *Carlos Cadilha, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho, Esperança Mealha, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 85-123

Questões Atuais

Estufas agrícolas em solo urbano: solução contraditória ou adequada? – *Fernanda Paula Oliveira*
| *Dulce Lopes* – pp. 125-136

As reduções remuneratórias na Lei de Orçamento de Estado de 2016: o fim de um ciclo? – breve análise do artigo 35.º – *Ana Rute Morim* | *Joana Duro* – pp. 137-145

A União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos, a Imprensa Nacional – Casa da Moeda e o Diário da República – *António José da Silva Fernandes* – pp. 147-158

Recensões (*António Cândido de Oliveira*) – pp. 159-163

Resumos – pp. 165-166

N.º 11 – JULHO/SETEMBRO DE 2016

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

O Direito Constitucional das autarquias locais em Portugal – *J. M. Sérvulo Correia* – pp. 7-29

Reabilitação de prédios nos centros históricos – *Ana Fernanda Neves* – pp. 31-50

Regulamento Geral das Edificações Urbanas – o interesse público esquecido e o mau vizinho –
José Pais do Amaral | Ana Pereira de Sousa – pp. 51-66

O efeito paralisador das entidades gestoras da requalificação – Omissão regulamentar e efeitos
no caso das autarquias locais? – *Eliana de Almeida Pinto* – pp. 67-76

As participações dos municípios em associações de Direito Privado ao abrigo da Lei n.º 50/2012,
de 31 de Agosto – *José Miguel Vitorino* – pp. 77-86

Las Entidades Locales españolas ante la reforma legal de 2015. La transformación digital del
procedimiento administrativo común – *M.ª Concepción Campos Acuña* – pp. 87-104

Informação de Jurisprudência

Abril/Junho de 2016 – *José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho,
Esperança Mealha, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 105-153

Recensões (*Carla Casanueva Muruáis*) – pp. 155-158

Resumos – pp. 159-162

N.º 12 – OUTUBRO/DEZEMBRO DE 2016

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

A dívida das administrações locais e o Fundo de Apoio Municipal – *Miguel Almeida* – pp. 7-25

Poder local: as experiências dos países europeus e o caso da Tunísia – *António Cândido de Oliveira | Catherine Maia* – pp. 27-41

Da jurisprudência recente sobre a isenção de IMT na transmissão de bens imóveis da empresa insolvente – *Sara Soares* – pp. 43-63

Cooperación transfronteriza y entidades locales – *Eloísa Carbonell Porras* – pp. 65-82

Informação de Jurisprudência

Julho/Setembro de 2016 – *José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho, Joaquim Cruzeiro, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 83-107

Questões Atuais

Condições para a exigibilidade de compensações por exclusão de prédios integrados em Aproveitamentos Hidroagrícolas – *Dulce Lopes | Ana Cláudia Guedes* – pp. 109-119

O Conselho dos Lugares – *Liliana Simões* – pp. 121-126

Recensão (*Carlos José Batalhão*) – pp. 127-131

Resumos – pp. 133-134

N.º 13 – JANEIRO/MARÇO DE 2017

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Fundações municipais: uma verdadeira alternativa de organização? – *Juliana Ferraz Coutinho* – pp. 7-23

Reabilitação urbana em ARUs sem ORUs: que conceito de reabilitação e que benefícios fiscais em matéria de IVA? – *Fernanda Paula Oliveira | Dulce Lopes* – pp. 25-46

O Imposto Municipal sobre Imóveis: considerações sobre um imposto local – *Hugo Flores da Silva* – pp. 47-65

Relações inter-regulamentares nas autarquias locais: algumas notas – *Luís Faustino* – pp. 67-88

Autonomía local, estabilidad presupuestaria y principio democrático en España – *Tomàs Font i Llovet | Alfredo Galán Galán* – pp. 89-96

Informação de Jurisprudência

Outubro/Dezembro de 2016 – *Pedro Machete, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho, Joaquim Cruzeiro, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 97-131

Recensão (*António Cândido de Oliveira*) – pp. 133-134

Resumos – pp. 135-137

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Abstenção técnica *versus* “eleitores-fantasma” – *Jorge Miguéis* – pp. 7-27

O estatuto dos bens cedidos ao município no âmbito de operações urbanísticas – *João Miranda*
– pp. 29-51

O Centro Histórico do Porto e a tributação em sede de IMI – *Carlos José Batalhão* – pp. 53-64

Endividamento municipal por “abertura de crédito” – O crivo do Tribunal de Contas – *Filipa Nunes Cunha* – pp. 65-78

La evolución de la población rural en España y su incidencia en la gestión municipal – *María Cadaval* – pp. 79-105

Informação de Jurisprudência

Janeiro/Março de 2017 – *Pedro Machete, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho, Joaquim Cruzeiro, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 107-150

Recensão (*Ana Cláudia Guedes*) – pp. 151-154

Recensão (*Carlos José Batalhão*) – pp. 155-157

Resumos – pp. 159-161

N.º 15 – JULHO/SETEMBRO DE 2017

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Por uma cidadania mais activa, criativa, esclarecida e crítica. O Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Braga – *Eduardo Jorge Madureira Lopes* – pp. 7-19

As dúvidas em torno da classificação dos solos no novo quadro legal em seis perguntas e seis respostas – *Fernanda Paula Oliveira* – pp. 21-41

Por que falham as consultas em razão da localização? Os pareceres de entidades externas e o seu impacto na gestão do território – *Dulce Lopes | Maria José Lufinha* – pp. 43-62

O conceito fiscal de prédio devoluto – *Nuno Carvalho* – pp. 63-82

La prevención de la corrupción en el ámbito local. Propuestas a la luz del estudio del Derecho francés – *Andrea Garrido Juncal* – pp. 83-99

Relatório sobre a Jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo (decisões publicadas na Revista) – *Carlos Carvalho* – pp. 101-118

Informação de Jurisprudência

Abril/Junho de 2017 – *Pedro Machete, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho, Joaquim Cruzeiro, Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 119-155

Questões Atuais

Proteção do património azulejar no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação: que património e que proteção? – *Fernanda Paula Oliveira* – pp. 157-167

Recensão (*Noel Gomes*) – pp. 169-172

Resumos – pp. 159-161

N.º 16 – OUTUBRO/DEZEMBRO DE 2017

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Os dados pessoais do domínio público – *Ana Fernanda Neves* – pp. 7-21

A classificação do solo e a delimitação da Reserva Agrícola Nacional – um exercício de conjugação de regimes – *Ana Queiroz do Vale* – pp. 23-37

Notas soltas sobre a instalação de atividades económicas e usos do solo – reflexões *ad perpetuam rei memoriam* – *Ana Cláudia Guedes* – pp. 39-57

El nuevo Reglamento General de Protección de Datos y su impacto sobre la actividad de las Administraciones Públicas en Europa – *Lucía do Nascimento López* – pp. 59-78

Relatório sobre a jurisprudência do Tribunal de Contas referente à Administração Local (2013-2017) – *José F. F. Tavares* – pp. 79-89

Informação de Jurisprudência

Julho/Agosto de 2017 – *Pedro Machete, José António Barreto Nunes, José F. F. Tavares, Carlos Carvalho, Joaquim Cruzeiro* – pp. 91-121

Recensões (*Juliana Ferraz Coutinho | António Cândido de Oliveira*) – pp. 123-127

Resumos – pp. 129-130

N.º 17 – JANEIRO/MARÇO DE 2018

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Índice de Transparência Municipal: uma ferramenta para o aperfeiçoamento do poder local
– *João Paulo Batalha* – pp. 7-25

Sobre o direito do património cultural arqueológico: alguns aspetos fundamentais – *Juliana Ferraz Coutinho* – pp. 27-42

La reconstrucción del marco jurídico-administrativo del desarrollo local en España en el marco de la reforma de 2013 – Sostenibilidad y racionalización de la administración local en España – *Andrés Boix Palop* – pp. 43-64

Relatório sobre a Jurisprudência do Tribunal Constitucional (sumários de acórdãos publicados na Revista de 2014 a 2017) – *A. Sofia Pinto Oliveira* – pp. 65-77

Anotação

O Acórdão n.º 532/2017 do Tribunal Constitucional e o poder local – *Miguel Nogueira de Brito* – pp. 79-92

Informação de Jurisprudência

Outubro/Dezembro de 2017 – *José António Barreto Nunes | José F. F. Tavares | Carlos Carvalho | Joaquim Cruzeiro | Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 93-125

Questões Atuais

Mais um parecer “fora da caixa”? – O parecer do ICNF no âmbito da nova redação do art. 16.º do SDFCI e os pareceres em função da localização do RJUE – *Fernanda Paula Oliveira | Dulce Lopes* – pp. 127-135

Recensões (*Francisco Javier Sanz Larruga | António Rebordão Montalvo | António Cândido de Oliveira*) – pp. 137-148

Resumos – pp. 149-150

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Primeiras notas sobre o processo de descentralização em curso – *José Melo Alexandrino* – pp. 7-26

Sobre a corrosão da autonomia financeira dos entes locais, a propósito da “Declaração Conjunta sobre a Descentralização” – *Joaquim Freitas da Rocha* – pp. 27-43

Do conceito de atribuições e da relação entre as normas de atribuições e normas de competência, no direito das autarquias locais – *Ivan Roque Duarte* – pp. 45-67

O Decreto-Lei n.º 130/2017, de 9 de outubro, e a necessidade de realocização de habitações destruídas – *Patrícia Alexandra Tavares Santos* – pp. 69-84

Ciudades inteligentes: aproximación a un fenómeno en auge – *Diana Santiago Iglesias* – pp. 85-103

Questões do contencioso administrativo de direito local e regional (Relatório sobre a Jurisprudência do Tribunal Central Administrativo Sul – 2013-2017) – *Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 105-112

Informação de Jurisprudência

Janeiro/Março de 2018 – *Pedro Machete* | *José António Barreto Nunes* | *José F. F. Tavares* | *Carlos Carvalho* | *Joaquim Cruzeiro* | *Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 113-167

Resumos – pp. 169-171

N.º 19 – JULHO/SETEMBRO DE 2018

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Descentralização: a organização político-administrativa do território em França e em Portugal (desde as Revoluções de 1789 e 1820 até aos nossos dias) – *António Cândido de Oliveira* – pp. 7-31

O novo regime jurídico para a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão: breve apontamento crítico – *Suzana Tavares da Silva* – pp. 33-46

A alienação de bens móveis das autarquias locais: comentários e notas práticas – *Luís Marques* | *Rui Duarte* | *Cláudia Janardo Gonçalves* – pp. 47-64

Municipios y blockchain: la transformación desde la Administración local – *Lorena Alonso Suárez* – pp. 65-86

Informação de Jurisprudência

Abril/Junho de 2018 – *Pedro Machete* | *José António Barreto Nunes* | *José F. F. Tavares* | *Carlos Carvalho* | *Frederico Macedo Branco* | *Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 87-134

Recensões (*Carlos José Batalhão* | *António Cândido de Oliveira*) – pp. 135-142

Informação – pp. 143-146

Resumos – pp. 147-148

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

A alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais de 2018: passo à frente ou passo atrás? – *Paulo Trigo Pereira | Luís Filipe Mota Almeida* – pp. 7-30

A “ação popular financeira” – análise comparativa entre Portugal e Espanha – *Andreia Isabel Dias Barbosa* – pp. 31-52

Dinâmicas da imigração e alojamento de trabalhadores agrícolas – *Dulce Lopes | Patrícia Hermozilha* – pp. 53-69

A intervenção do ICNF na gestão urbanística municipal no âmbito do SNDFCI e a criação da Entidade Regional de Condicionais à Edificação – *Isabel Moraes Cardoso | Ivan Roque Duarte* – pp. 71-90

Trabas municipales a la proliferación de viviendas de uso turístico y defensa de la competencia en España – *Alejandro Román Márquez* – pp. 91-110

Relatório relativo aos acórdãos do Tribunal Central Administrativo Norte referenciados na Revista, no período de 2003 até ao 1.º semestre de 2018 – *Frederico de Frias Macedo Branco* – pp. 111-132

Informação de Jurisprudência

Julho/Setembro de 2018 – *Pedro Machete | José António Barreto Nunes | José F. F. Tavares | Carlos Carvalho | Frederico Macedo Branco | Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 133-166

Questões Atuais

Domínio público marítimo versus propriedade privada – núcleos urbanos consolidados e título legal dos terrenos no regime da Lei n.º 31/2016, de 23 de Agosto – *João Nuno Borba Vieira de Almeida e Sousa* – pp. 167-175

Recensão (*Isilda Castro | Joana Xavier*) – pp. 177-181

Resumos – pp. 183-185

N.º 21 – JANEIRO/MARÇO DE 2019

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

O funcionamento dos órgãos colegiais autárquicos: algumas considerações – *Juliana Ferraz Coutinho | Tiago Serrão* – pp. 7-27

Breves notas sobre algumas das alterações na “legislação das florestas”. Em especial, a alteração ao artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 – *Fernanda Paula Oliveira | Dulce Lopes* – pp. 29-59

A(s) responsabilidade(s) dos trabalhadores das autarquias locais – *Carlos José Batalhão* – pp. 61-85

O pacote financeiro das novas competências das autarquias e entidades intermunicipais previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto – *Marta Costa Santos* – pp. 87-110

Informação de Jurisprudência

Outubro/Dezembro de 2018 – *Pedro Machete | José António Barreto Nunes | José F. F. Tavares | Carlos Carvalho | Frederico Macedo Branco | Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 111-150

Recensões (*Carlos José Batalhão | Hugo Flores da Silva | António Cândido de Oliveira | Ana Cláudia Guedes*) – pp. 151-164

Resumos – pp. 165-166

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

Algumas notas práticas sobre a conjugação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação com o Código do Procedimento Administrativo – *João Marques Rodrigues* – pp. 7-17

Dos espaços com dança e karaoke e sua articulação com o Regime Jurídico de Acesso e de Exercício de Diversas Atividades de Comércio, Serviços e Restauração – *Ana Cláudia Guedes* – pp. 19-27

Um caso de ajuste direto por razões materiais que o tribunal sufragou: em especial, a aquisição de serviços de representação jurídica – *José Pinto de Almeida | Ricardo Maia Magalhães | Ana Filipa Urbano* – pp. 29-44

Coordenadas de uma realidade em Lisboa: contrato interadministrativo de cooperação entre município e freguesia – *Cristina Maria Cabanelas Gama Garcia* – pp. 45-66

Relatório sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça e dos Tribunais da Relação de Lisboa, Porto, Guimarães, Coimbra e Évora – Sumários escolhidos para publicação na Revista, desde o seu n.º 00 (Outubro/Dezembro de 2013) até ao n.º 21 (Janeiro/Março de 2019) – *José António Barreto Nunes* – pp. 67-83

Informação de Jurisprudência

Janeiro/Março de 2019 – *Pedro Machete | Raquel Rego | José F. F. Tavares | Carlos Carvalho | Frederico Macedo Branco | Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 85-126

Recensão (*António Cândido de Oliveira*) – pp. 127-129

Resumos – pp. 131-133

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

A iluminação pública como serviço público autónomo da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão: o caso da cidade de Lisboa – *Suzana Tavares da Silva | João Figueira* – pp. 7-24

A exceção como regra na reabilitação de edifícios e frações: breve apresentação do Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho – *Fernanda Paula Oliveira* – pp. 25-44

O regime das polícias municipais: presente e futuro – *Luís Marques* – pp. 45-61

Plazo para la ejecución de las órdenes de restitución urbanísticas en España: especial referencia a Galicia – *José María Domínguez Blanco* – pp. 63-77

Anotação

Um caso de ajuste direto que um senhor vereador votou e depois impugnou no tribunal – *Carlos José Batalhão* – pp. 79-96

Informação de Jurisprudência

Abril/Junho de 2019 – *Pedro Machete | Raquel Rego | José F. F. Tavares | Carlos Carvalho | Frederico Macedo Branco | Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 97-135

Questão Atual

O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) é vinculativo dos particulares? – *Fernanda Paula Oliveira | Dulce Lopes* – pp. 137-146

Recensão (*Juliana Ferraz Coutinho*) – pp. 147-149

Resumos – pp. 151-153

N.º 24 – OUTUBRO/DEZEMBRO DE 2019

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

A governação multinível e a Administração Pública territorial nos Estados da Europa – *António Rebordão Montalvo* – pp. 7-18

Smart cities vs. smart(er) governance: cidades inteligentes, melhor governação (ou não) – *Isabel Celeste M. Fonseca | Ana Rita Almeida Prata* – pp. 19-38

Taxas (locais) e sinalagmaticidade: breves notas a propósito do caso “área de serviço de Antuã” – *André Pereira Cardoso | Joaquim Freitas da Rocha* – pp. 39-51

Contributos para a clarificação do regime substantivo dos contratos urbanísticos – *João Marques Rodrigues* – pp. 53-67

Informação de Jurisprudência

Julho/Setembro de 2019 – *Pedro Machete | Raquel Rego | José F. F. Tavares | Carlos Carvalho | Frederico Macedo Branco | Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 69-95

Questão Atual

A taxa reduzida de IVA em áreas de reabilitação urbana para obras novas: o caso de Lisboa – *Duarte de Lima Mayer* – pp. 97-107

Recensões (*Ana Cláudia Guedes*) – pp. 109-113

Resumos – pp. 115-116

N.º 25 – JANEIRO/MARÇO DE 2020

Nota de Abertura – p. 5.

Artigos

A descentralização nos domínios das vias de comunicação e estacionamento público: *less is more* – *Isabel Celeste M. Fonseca* – pp. 7-22

A atividade de fiscalização das contraordenações previstas no art. 71.º do Código da Estrada: concessionar ou não concessionar? (Proposta de um método para a tomada de decisão) – *Juliana Ferraz Coutinho* – pp. 23-40

O encarregado de proteção de dados na Administração Pública – *Eduardo Castro Marques* – pp. 41-59

A polícia mortuária municipal – *Luís Marques* – pp. 61-74

Informação de Jurisprudência

Outubro/Dezembro de 2019 – *Pedro Machete | Raquel Rego | José F. F. Tavares | Carlos Carvalho | Frederico Macedo Branco | Maria Cristina Gallego dos Santos* – pp. 75-114

Questão Atual

Como articular os conceitos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e do Regime Aplicável à Reabilitação de Edifícios ou Frações Autónomas? – *Fernanda Paula Oliveira* – pp. 115-127

Recensão (*Carlos José Batalhão*) – pp. 129-131

Resumos – pp. 133-135